

# SUAS Bahia: desafios na comunicação e estratégias para alcançar a sociedade civil

Victor Tarifa Lopes e Nicole Figueiredo, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

**Em 2018, foi firmada uma parceria** entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o IPC-IG com o governo do Estado da Bahia, a qual foi materializada em uma carta-acordo no âmbito do Projeto BRA/16/006 para o Fortalecimento das Políticas de Proteção Social na Bahia. Entre os produtos previstos pela carta-acordo, está o *Produto 8*, “Estudo sobre as formas de comunicação do SUAS desenvolvidas pelas gestões estadual e municipais”. O estudo tem o objetivo identificar fragilidades na comunicação interna e externa do SUAS e propor estratégias para melhorar a comunicação com a sociedade em geral e com as demais políticas públicas no estado baiano. Neste *One Pager*, são expostos os principais achados referentes a esse produto, bem como a algumas das recomendações de políticas públicas.

Criado em 2005 e instituído como lei em 2011 (BRASIL, 2011), o SUAS é o sistema público brasileiro que organiza os serviços de Assistência Social no país,<sup>1</sup> e é organizado sob a forma de um sistema descentralizado e participativo. Conforme o parágrafo 2º do artigo 6º de sua lei de criação, “o Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei” (BRASIL, 2011). Desta maneira, as responsabilidades sobre o SUAS são compartilhadas entre União, Distrito Federal, Estado e Municípios, o que inclui as estratégias de comunicação interna (entre os entes federativos) e externa (com a sociedade, especialmente, com os usuários e os potenciais usuários).

Para a realização da pesquisa, 70 entrevistas foram realizadas em 39 municípios (do total de 417). Dessas entrevistas, 26 foram com gestores do SUAS, 24 com trabalhadores e 20 com usuários ou representantes da sociedade civil/entidades da assistência social. Foram priorizadas entrevistas com pessoas que atuassem como conselheiras nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), que tem como principal objetivo o controle social da política.

Todas as entrevistas foram realizadas via telefone, com duração média de 40 minutos, com um conjunto de 7 (quando usuários) a 8 perguntas (quando trabalhadores ou gestores) relacionadas à comunicação. Sobre o perfil dos entrevistados, a grande maioria foi de mulheres para todos os segmentos abrangidos, com idade média de 40 a 44 anos, e atuando no SUAS em média de 6 e 7 anos, no caso de trabalhadores e gestores, respectivamente. As pessoas representantes de usuárias e usuários tinham, em sua maioria, ensino médio completo, ao passo que gestores e trabalhadores geralmente possuíam ensino superior completo.

Na Tabela 1, estão sintetizadas as respostas dos entrevistados no se refere às principais estratégias e aos canais de comunicação utilizados pelo SUAS no ano de 2021, às barreiras mais citadas que impedem a comunicação, bem como a algumas sugestões que foram dadas durante a realização das entrevistas.

A conclusão central do estudo é de que o SUAS Bahia deve priorizar estratégias de conscientização que combinem múltiplos canais de comunicação para se alcançar os (potenciais) usuários, aproveitando-se de novas tecnologias como as redes sociais, mas não deixando de priorizar o contato presencial.

Além disso, não se deve perder de horizonte as condições precarizadas de muitos equipamentos e trabalhadores do SUAS. Assim, sugere-se que os entes federativos levem em conta mais investimento na Política de Assistência Social, priorizando a contratação de profissionais em regime estatutário e investindo-se em condições materiais de trabalho.



## Tabela 1

### Estratégias de comunicação do SUAS

#### Principais canais e estratégias de comunicação

- As estratégias mais citadas foram: utilização de carro de som, rádios comunitárias, visitas itinerantes, e, mais recentemente e aprofundada com a pandemia de COVID-19, redes sociais;
- Houve consenso de que, por mais que redes sociais estejam em alta, a presença física nas comunidades ainda é indispensável para a efetivação da comunicação do SUAS com a população-alvo.

#### Principais barreiras

- Do ponto de vista dos gestores e trabalhadores, destaca-se a falta de conhecimento sobre o que é o SUAS como principal gargalo de comunicação com os usuários. Tal barreira também foi a mais reiterada entre os usuários entrevistados;
- Sobre o diálogo entre Estado e Município, o baixo número de recursos humanos alocados no SUAS podem acarretar lentidão de respostas, gerando impactos no trabalho da Assistência Social;
- Ainda sobre os recursos humanos, constatou-se que a Bahia possui um percentual de trabalhadores estatutários atuando nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) (14,07 por cento) abaixo da média nacional (30,48 por cento) (BRASIL, 2020), o que compromete os vínculos com a população e, logo, a capacidade de comunicação, ainda mais por ser este o equipamento do SUAS com maior capilaridade no país.

#### Sugestões para o SUAS sobre comunicação

- Os entrevistados foram unânimes em indicarem a necessidade de realização de campanhas de conscientização sobre o que é o SUAS e seus serviços. Aliado a esse fato, foi indicada a necessidade de se compreender a Assistência Social como um direito, e não como um benefício;
- Sugestões envolvendo aumento de orçamento ao SUAS foram realizadas, principalmente por gestores, sugerindo mais aquisições de bens materiais para o trabalho (ex., veículo próprio);
- Houve ainda sugestões que não implicam, necessariamente, maiores gastos, como maior articulação do SUAS com outras instituições da cidade (principalmente com o CMAS), e melhoria na gestão da política pública (com organização, por exemplo, do organograma de trabalhadores nas secretarias encarregadas pela pasta da Assistência Social nos municípios e estabelecimento de um cronograma das campanhas de comunicação, o qual foi pouco observado nos municípios entrevistados).

Fonte: *Elaboração própria, a partir de Relatório Final dos Produtos 8 e 9.*

#### Referências:

BRASIL. *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, julho, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. *Censo SUAS 2019 — Resultados Nacionais, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, CREAS*. Brasília: Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial, 2020. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania. Junho. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 20 maio 2021.

FIGUEIREDO, N.; HOFFMANN, M.; LOPES, V. T. *Produtos 8 e 9: Relatório Final sobre as formas de comunicação do SUAS desenvolvidas pela gestão estadual e municipais e sobre o processo de participação social dos/as usuários/as e trabalhadores/as*. Em: IPC-IG (no prelo): "Projeto BRA/16/006 Fortalecimento das Políticas de Proteção Social na Bahia". Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2021.

#### Nota:

1. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em: 22 mar. 2021.